

LEI Nº 326/2009

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES  
PARA A ELABORAÇÃO DA LEI  
ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O  
EXERCÍCIO DE 2010, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

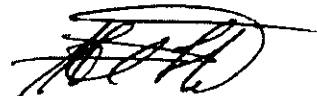
**O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRAIMA,**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O Orçamento do Município de Miraima, relativo ao exercício de 2010, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no § 2º, do art. 165 da Constituição Federal, art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, compreendendo:

- I. as prioridades e metas da administração pública Municipal;
- II. a estrutura e organização dos orçamentos;
- III. os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo, compreendidas os créditos adicionais;
- IV. as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V. as disposições sobre receitas públicas municipais e alterações na legislação tributária;
- VI. as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII. as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VIII. as metas e riscos fiscais;
- IX. as disposições finais.



## **CAPÍTULO I**

### **PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal deverão estar em conformidade com aquelas especificadas no Plano Plurianual 2009-2013, e suas alterações posteriores.

§ 1º - As metas e prioridades constantes no anexo a ser definido pelo Plano Plurianual 2010-2013, de que trata este artigo, possui caráter apenas indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o processo de planejamento municipal, podendo, a lei orçamentária anual atualizá-las.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2010, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas de acordo com identificação constante do PPA 2006-2009, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2010 será dada maior prioridade:

- I – às políticas de inclusão;
- II – ao atendimento integral à criança e ao adolescente;
- III – à austeridade na gestão dos recursos públicos;
- IV – à promoção do desenvolvimento econômico sustentável;
- V – à promoção do desenvolvimento urbano e rural, e
- VI – à conservação e à revitalização do ambiente natural.

## **CAPÍTULO II**

### **ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 3º** - O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2010 deve assegurar os princípios da justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observando o seguinte:

- I - O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam

- reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;
- II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e
- III - o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 4º - para efeito desta lei, entende-se por:

- I - **Função:** o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;
- II - **Subfunção:** uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- III - **Programa:** o instrumento de organização da atuação governamental visando à realização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- IV - **Atividade:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de maneira contínua e permanente, resultando em um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- V - **Projeto:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental;
- VI - **Operação especial:** despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um período e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

**Art. 5º** - A mensagem do Poder Executivo que encaminhar o projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal, no prazo previsto no art. 42, § 5º da Constituição Estadual, será composta de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados e anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- III - demonstrativo de previsão do Resultado Primário;
- IV - discriminação da legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

**Parágrafo único** - Integrarão os anexos e quadros orçamentários consolidados a que se refere este artigo, os exigidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 6º** - O orçamento fiscal, incluídos os de autarquias, fundações e fundos com contabilidade descentralizada, discriminará a despesa em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64, a Portaria nº 42/99, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Portaria Interministerial nº 163/01, e suas alterações posteriores.

§ 1º - Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se expressam, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2010-2013.

§ 2º - As Categorias econômicas estão assim detalhadas:

- I - Despesas Correntes - 3; e
- II - Despesas de Capital - 4.

§ 3º - Na indicação do grupo de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações posteriores:

- I. Pessoal e Encargos Sociais - 1;
- II. Juros e Encargos da Dívida - 2;
- III. Outras despesas correntes - 3;

- IV. Investimentos - 4;
- V. Inversões Financeiras - 5; e
- VI. Amortizações da Dívida - 6.

§ 4º - Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - transferência à União - 20;
- II - transferência a Estados e ao Distrito Federal - 30;
- III - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50;
- IV - transferências a consórcios públicos - 71;
- V - aplicações diretas - 90; e
- VI - aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - 91.

**CAPÍTULO III**  
**DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**  
**DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO, COMPREENDIDAS OS CRÉDITOS**  
**ADICIONAIS.**

**Art. 7º** - Para fins do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo até 20(vinte) dias do prazo previsto no § 5º, art. 42, da Constituição Estadual, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, observadas as disposições constantes desta lei.

**Art. 8º** - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2010, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual definido pelo art. 29-A da Constituição da República, que será calculado sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2009, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º - Para efeitos do cálculo a que se refere o *caput* deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária do Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º - Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

- I - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo;
- II - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, prevalecerá como limite o valor fixado pelo Poder Legislativo.

Art. 9º - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2009, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.

Art. 10 - A Execução orçamentária do legislativo será independente, devendo a Câmara Municipal enviar a até o dia 5 do mês subsequente, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

## CAPÍTULO IV

### DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

#### SEÇÃO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para 2010 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da

gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada um dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados fiscais previstos na Lei Complementar nº 101/2000, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

**Parágrafo Único** - Para atender ao art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, os Poderes Legislativo e Executivo deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2010, programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes no mesmo, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

**Art. 12** - O orçamento do Município para o exercício de 2010 será elaborado visando garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimentos.

**Art. 13** - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão elaboradas a preços vigentes em julho de 2009.

**Art. 14** - O Município poderá conceder ajuda financeira, prevista na Lei Orçamentária Anual, a título de "subvenções sociais", a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham as seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto ao público, em funções compatíveis com as de responsabilidade do Município;
- II - sejam associações, organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil de interesse públicos e/ou organizações sociais;

**Parágrafo Único** - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a exigência do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 15** - O Município poderá transferir recursos financeiros, na forma de contribuições, para entidades privadas com ou sem fins lucrativos, através de convênio, conforme art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 16** - O projeto de lei orçamentária anual autorizará o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, a:

- I - suplementar as dotações orçamentárias de atividades, projetos, e operações especiais, estabelecendo um limite percentual com base no total da Receita Prevista para o exercício de 2010.

utilizando-se como fonte de recurso, os definidos no parágrafo 1º, Art. 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

**II -** transpor, remanejar ou transferir recurso, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, art. 167, da Constituição Federal, e na forma do Manual do "SIM-TCM, conforme IN nº 01/2008.

§ 1º - A suplementação prevista no inciso I deste artigo destina-se a cobrir insuficiência de saldo de projetos, atividades e/ou operações especiais que necessitem de reforço orçamentário.

§ 2º - A suplementação orçamentária através do recurso previsto no inciso II, § 1º, art. 43 da Lei 4.320/64, poderá ser realizada até o total do montante do excesso de arrecadação apurado.

§ 3º - O Excesso de arrecadação provocado pelo recebimento de recursos de convênios não previstos no orçamento, ou previsto a menor, poderão ser utilizados como fontes para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, por ato do Executivo Municipal, prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2010.

§ 4º - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um elemento econômico para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, não compreenderá o limite previsto no art. 16, inciso I desta lei.

**Art. 17** – A Lei Orçamentária Anual conterà dotação para Reserva de Contingência, no valor equivalente a, no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o ano de 2010, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Parágrafo único** – Caso não seja necessária a utilização da reserva de contingência para a sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de junho, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

**Art. 18** – As alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD – nos níveis de modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recurso, observados os mesmos grupos de despesas, categoria econômica, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser realizados para atender às necessidades de execução.





**Art. 19** - a reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por decreto do Poder Executivo.

## **SEÇÃO II**

### **DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL**

**Art. 20** - O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como dos demais órgãos e entidades da administração direta e indireta, respectivamente, de modo a evidenciar as políticas e programas do governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

**Art. 21** - Na estimativa da receita e na fixação da despesa do orçamento fiscal serão considerados:

- I** - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II** - o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e
- III** - as alterações tributárias, conforme disposições constantes nesta lei.

## **SEÇÃO III**

### **DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 22** - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

- I** - das receitas diretamente arrecadados pelas entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta seção;
- II** - de transferência de contribuição do Município;
- III** - de transferências constitucionais;
- IV** - de transferência de convênios.

**CAPÍTULO V**  
**DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL**  
**E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 23** - As receitas abrangerão a receita tributária, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, nos termos da Constituição Federal, e de acordo com a classificação definida pela Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001.

**Parágrafo Único** - As receitas previstas para o exercício de 2010 serão calculadas acrescidas do índice inflacionário previsto nos últimos doze meses, mais a tendência e comportamento da arrecadação municipal mês a mês e a expectativa de crescimento vegetativo, além da média ponderada dos últimos três exercícios financeiros.

**Art. 24** - A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2010 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e conseqüentemente aumento de receitas próprias.

**Art. 25** - A estimativa de receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - revisão e atualização do Código Tributário Municipal;
- II - revisão das isenções de impostos, taxas, incentivos fiscais e outras fontes de renúncia de receitas, aperfeiçoando seus critérios;
- III - compatibilização dos valores das taxas aos custos efetivos dos serviços prestados pelo Município, de forma a assegurar sua eficiência;
- IV - instituição de taxas para serviços de interesse da comunidade e de que as necessite como fonte de custeio;

§ 1º - Ocorrendo alterações na legislação tributária posteriores ao encaminhamento da Proposta Orçamentária Anual à Câmara Municipal, que impliquem aumento de arrecadação em relação à estimativa de receita constante da referida lei, os recursos adicionais serão objeto de projeto de lei para abertura de crédito adicional no decorrer do exercício financeiro de 2010.



§ 2º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

**Art. 26** – Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria ou ainda em razão de interesse público relevante.

**Art. 27-** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no § 3º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

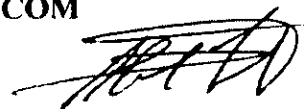
**Art. 28** – Caso haja a necessidade de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, esta deverá ser demonstrada juntamente com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano 2010 e os dois exercícios seguintes.

§ 1º - As situações previstas no *caput* deste artigo para a concessão de renúncia de receita deverão atender a uma das seguintes condições:

- I - demonstração pelo Poder Executivo Municipal que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo Município;
- II - estar acompanhada de medidas de compensação no ano de 2010 e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos e contribuições.

§ 2º - A renúncia de receita prevista no parágrafo anterior compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM**  
**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**



**Art. 29** – Os Poderes Executivo e Legislativo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como limites para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento do mês de julho de 2009, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreiras e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 30** - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive reajustes, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

- I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II - se observados os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); e
- III - se observada a margem de expansão das despesas de caráter continuado.

**Art. 31** – Atendidos os requisitos legais, os Poderes Executivo e Legislativo poderão, ainda:

- I – reestruturar o quadro de pessoal, com criação, extinção ou transformação de cargos, empregos e funções;
- II – realizar concursos públicos e testes seletivos, visando à admissão, quando necessário, de pessoal para a adequação da prestação do serviço público;
- III – conceder reajustes salariais e abonos financeiros, visando à recomposição de perdas salariais dos respectivos servidores.

**Art. 32** – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o percentual excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

**Parágrafo único** – Para o cumprimento dos limites estabelecidos no caput deste artigo, o Poder Executivo adotará as seguintes providências, pela ordem:

- I – redução das horas-extras realizadas pelos servidores municipais;
- II – redução do número de estagiários contratados;
- III – redução em, pelo menos, vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, seja pela extinção de cargos e funções ou pela redução de valores a eles atribuídos;
- IV – exoneração dos servidores não estáveis;
- V – exoneração de servidor estável, desde que ato normativo especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

#### **CAPÍTULO VII**

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 33** - A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento à despesa de Capital, observado o limite de endividamento apurado até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, conforme exigências constantes nos arts. 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 34** – A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização legislativa em lei específica, consoante art. 32 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 35** – Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 40 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações restringidas nesta lei.

#### **CAPÍTULO VIII**

#### **DAS METAS E RISCOS FISCAIS**

**Art. 36** - É parte integrante desta lei, o Anexo de Metas Fiscais, onde estão estabelecidas as metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício 2010 e os dois seguintes.

§ 1º - O Anexo de metas fiscais será composto pelos demonstrativos definidos pela Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008..

§ 2º - Integra também esta lei o Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas municipais, onde acompanha o Demonstrativo de Riscos e Providências definido pela Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008.

### **CAPÍTULO IX**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 37** - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2009, fica autorizada a execução da proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º - A utilização dos recursos autorizados neste artigo, será considerada como antecipação de Créditos à conta da lei orçamentária anual.

§ 2º - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo serão reajustados por Decreto do Poder Executivo Municipal, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações orçamentárias.

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - serviços da dívida;
- III - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- IV - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências Voluntárias da União e do Estado;
- V - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior.

**Art. 38** – Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e despesas, por alteração na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 ao Poder Legislativo.

**Art. 39** – O Poder Executivo encaminhará, juntamente com a Proposta Orçamentária, demonstrativos relativos ao Orçamento Criança e Adolescente – OCA.

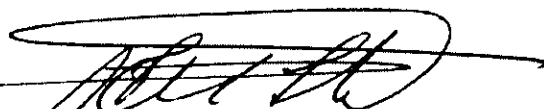
§ 1º - O Setor responsável pelas ações de Planejamento no Município, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, juntamente com o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, disponibilizará instruções e formulários para apuração do Orçamento Criança.

§ 2º - Os formulários devidamente preenchidos deverão ser encaminhados ao Setor de Planejamento do Município, juntamente com a proposta orçamentária de cada Órgão, no prazo fixado no art. 7º desta lei.

**Art. 40** – A Lei Orçamentária Anual poderá conter transferências de recursos para custeio de despesas de outros entes da Federação, desde que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 41** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAIMA/CE**, em 08 de maio de 2009.



**ROBERTO IVENS UCHOA SALES**  
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Miraima  
ESTADO DO CEARÁ

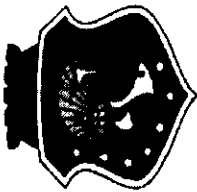


# LDO

## Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ano de Referência: 2010





## Município de Miraima - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
I - RECEITAS  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA			PREVISÃO		
	2007	2008	2009	2009	2010	2011	2011	2012	
RECEITAS CORRENTES	11.718.789,39	14.159.603,52	14.132.221,00	14.132.221,00	16.252.054,15	18.852.382,81	18.852.382,81	22.057.287,89	
RECEITA TRIBUTÁRIA	300.160,98	322.773,93	194.000,00	194.000,00	223.100,00	258.796,00	258.796,00	302.791,32	
RECEITA PATRIMONIAL	57.693,85	66.752,87	49.000,00	49.000,00	58.350,00	65.366,00	65.366,00	76.478,22	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	1.138,01	6.500,00	6.500,00	7.475,00	8.671,00	8.671,00	10.145,07	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.349.799,15	13.578.802,90	13.827.221,00	13.827.221,00	15.901.304,15	18.445.512,81	18.445.512,81	21.581.249,99	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.135,41	190.135,81	55.500,00	55.500,00	63.825,00	74.037,00	74.037,00	86.623,29	
RECEITAS DE CAPITAL	659.436,20	537.924,00	1.293.109,00	1.293.109,00	1.487.075,35	1.725.007,41	1.725.007,41	2.018.258,67	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	659.436,20	537.924,00	1.293.109,00	1.293.109,00	1.487.075,35	1.725.007,41	1.725.007,41	2.018.258,67	
DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	-1.008.982,62	-1.376.225,63	-1.555.400,00	-1.555.400,00	-1.788.710,00	-2.074.903,60	-2.074.903,60	-2.427.637,21	
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-1.008.982,62	-1.376.225,63	-1.555.400,00	-1.555.400,00	-1.788.710,00	-2.074.903,60	-2.074.903,60	-2.427.637,21	
<b>Total</b>	<b>11.369.262,97</b>	<b>13.321.301,89</b>	<b>13.869.930,00</b>	<b>13.869.930,00</b>	<b>15.950.419,60</b>	<b>18.502.486,62</b>	<b>18.502.486,62</b>	<b>21.647.909,35</b>	

Miraima-CE, 8 de Maio de 2009

**ROBERTO IVENS UCHOA**  
Prefeito Municipal

**ALAN FEILY G.**  
Sec. de Finanças

**RV CONSULTORIA PÚBLICA**  
Contador CRC nº 17588/0-7



## Prefeitura Municipal de Miraima

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I.e - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

### RECEITAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	11.718.789,39	
2008	14.159.603,52	20,83
2009	14.132.221,00	-0,19
2010	16.252.054,15	15,00
2011	18.852.382,81	16,00
2012	22.057.287,89	17,00

Nota:

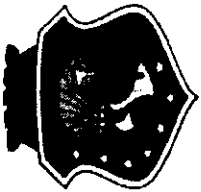
RECEITAS CORRENTES

### RECEITAS DE CAPITAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	859.436,20	
2008	537.924,00	-18,43
2009	1.293.109,00	140,39
2010	1.487.075,35	15,00
2011	1.725.007,41	16,00
2012	2.018.258,67	17,00

Nota:

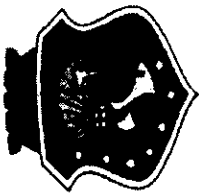
RECEITAS DE CAPITAL



# Município de Mirafima - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
II - DESPESAS  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>DESPESAS CORRENTES ( I )</b>						
Pessoal e Encargos Sociais	9.108.157,87	10.993.242,79	11.035.370,00	12.690.675,50	14.721.183,58	17.223.784,79
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	3.368.599,92	4.539.822,25	4.885.230,00	5.618.014,50	6.516.896,82	7.624.769,28
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	3.368.599,92	4.539.822,25	4.885.230,00	5.618.014,50	6.516.896,82	7.624.769,28
Juros e Encargos da Dívida	12.716,28	6.402,76	28.620,00	32.913,00	38.179,08	44.669,52
Aplicações Diretas	12.716,28	6.402,76	28.620,00	32.913,00	38.179,08	44.669,52
Outras Despesas Correntes	5.724.841,67	6.447.017,78	6.121.520,00	7.039.748,00	8.166.107,68	9.554.345,99
Transferência da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	5.724.841,67	6.447.017,78	6.121.520,00	7.039.748,00	8.166.107,68	9.554.345,99
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL ( II )</b>						
Investimentos	2.043.258,50	1.488.421,31	2.694.560,00	3.087.244,00	3.581.203,04	4.190.007,56
Transferências a União	1.862.578,79	1.176.004,37	2.394.860,00	2.754.089,00	3.194.743,24	3.737.849,59
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	1.862.578,79	1.176.004,37	2.394.860,00	2.754.089,00	3.194.743,24	3.737.849,59
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	22.000,00	78.156,16	135.700,00	158.055,00	181.023,80	211.797,85
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	22.000,00	78.156,16	135.700,00	158.055,00	181.023,80	211.797,85
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	158.679,71	234.260,78	154.000,00	177.100,00	205.436,00	240.360,12
Aplicações Diretas	158.679,71	234.260,78	154.000,00	177.100,00	205.436,00	240.360,12
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA ( III )</b>	0,00	0,00	150.000,00	172.500,00	200.100,00	234.117,00



## Município de Miraima - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
II - DESPESAS  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF


(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA			ORÇADA		PREVISÃO	
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Total	11.149.416,37	12.481.664,10	13.869.930,00	15.950.419,50	18.502.496,62	21.647.909,35	

Miraima-CE, 8 de Maio de 2009

  
ROBERTO IVENS UCHOA  
Prefeito Municipal

  
RV CONSULTORIA PUBLICA  
Contador CRC nº 17588/0-7

  
ALAN KELLY G.  
Sec de Finanças



## Prefeitura Municipal de Miraima

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II.a - DESPESAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

### Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	3.368.599,92	
2008	4.539.822,25	34,77
2009	4.885.230,00	7,61
2010	5.618.014,50	15,00
2011	6.516.896,82	16,00
2012	7.624.769,28	17,00

Nota:

Pessoal e Encargos Sociais

### Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	12.716,28	
2008	6.402,76	-49,65
2009	28.620,00	346,99
2010	32.913,00	15,00
2011	38.179,08	16,00
2012	44.669,52	17,00

Nota:

Juros e Encargos da Dívida

### Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	5.724.841,67	
2008	6.447.017,78	12,61
2009	6.121.520,00	-5,05
2010	7.039.748,00	15,00
2011	8.166.107,68	16,00
2012	9.554.345,99	17,00

Nota:

Outras Despesas Correntes



## Prefeitura Municipal de Miraima

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II.a - DESPESAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

### Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	1.862.578,79	
2008	1.176.004,37	-38,86
2009	2.394.860,00	103,64
2010	2.754.089,00	15,00
2011	3.194.743,24	16,00
2012	3.737.849,59	17,00

Nota:

Investimentos

### Inversões Financeiras

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	22.000,00	
2008	78.156,16	255,26
2009	135.700,00	73,63
2010	156.055,00	15,00
2011	181.023,80	16,00
2012	211.797,85	17,00

Nota:

Inversões Financeiras

### Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	158.879,71	
2008	234.260,78	47,63
2009	154.000,00	-34,26
2010	177.100,00	15,00
2011	205.436,00	16,00
2012	240.380,12	17,00

Nota:

Amortização da Dívida



## Prefeitura Municipal de Miraima

ESTADO DO CEARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II.a - DESPESAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

### RESERVA DE CONTINGÊNCIA ( III )

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2007	0,00	
2008	0,00	0,00
2009	150.000,00	0,00
2010	172.500,00	15,00
2011	200.100,00	16,00
2012	234.117,00	17,00

Nota:

RESERVA DE CONTINGÊNCIA ( III )



# Município de Miraflores - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
III - RESULTADO PRIMÁRIO  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITAS CORRENTES ( I )	10.709.826,77	12.783.377,89	12.576.821,00	14.463.344,15	16.777.479,21	19.629.650,68
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	11.718.789,39	14.159.603,52	14.132.221,00	16.252.054,15	18.852.382,81	22.057.287,89
Receitas Tributárias	300.160,98	322.773,93	194.000,00	223.100,00	258.796,00	302.791,32
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	57.693,85	66.752,87	49.000,00	58.350,00	65.366,00	76.478,22
Aplicações Financeiras ( II )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	57.693,85	66.752,87	49.000,00	58.350,00	65.366,00	76.478,22
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	1.138,01	6.500,00	7.475,00	8.671,00	10.145,07
Transferências Correntes	11.349.799,15	13.578.802,90	13.827.221,00	15.901.304,15	18.445.512,81	21.581.249,99
Outras Receitas Correntes	11.135,41	190.135,81	55.500,00	63.825,00	74.037,00	86.623,29
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.008.962,62	-1.376.225,63	-1.555.400,00	-1.788.710,00	-2.074.903,60	-2.427.637,21
RECEITAS FISCAIS CORRENTES ( III ) = ( I - II )	10.709.826,77	12.783.377,89	12.576.821,00	14.463.344,15	16.777.479,21	19.629.650,68
RECEITAS DE CAPITAL ( IV )	659.436,20	537.924,00	1.293.109,00	1.487.075,35	1.725.007,41	2.018.258,67
Operações de Crédito ( V )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens ( VI )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos ( VII )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	659.436,20	537.924,00	1.293.109,00	1.487.075,35	1.725.007,41	2.018.258,67
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital ( VIII ) = ( IV - V - VI - VII )	659.436,20	537.924,00	1.293.109,00	1.487.075,35	1.725.007,41	2.018.258,67
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) ( IX ) = ( III + VIII )	11.369.262,97	13.321.301,89	13.869.930,00	15.950.419,50	18.502.486,62	21.647.909,35
RECEITA TOTAL	11.369.262,97	13.321.301,89	13.869.930,00	15.950.419,50	18.502.486,62	21.647.909,35
DESPESAS CORRENTES ( X )	9.106.157,87	10.983.242,79	11.035.370,00	12.690.675,50	14.721.183,58	17.223.784,79
Pessoal e Encargos Sociais	3.368.599,92	4.539.822,25	4.885.230,00	5.618.014,50	6.516.896,82	7.624.769,28
Juros e Encargos da Dívida ( XI )	12.716,28	6.402,76	28.620,00	32.913,00	38.179,08	44.669,52
Outras Despesas Correntes	5.724.841,67	6.447.017,78	6.121.520,00	7.039.748,00	8.166.107,68	9.554.345,99
DESPESAS FISCAIS CORRENTES ( XII ) = ( X - XI )	9.093.441,59	10.986.840,03	11.006.750,00	12.657.762,50	14.683.004,50	17.179.115,27
DESPESAS DE CAPITAL ( XIII )	2.043.258,50	1.488.421,31	2.684.560,00	3.087.244,00	3.581.203,04	4.190.007,56
Investimentos	1.862.578,79	1.176.004,37	2.394.860,00	2.754.089,00	3.194.743,24	3.737.849,59
Inversões Financeiras	22.000,00	78.156,16	135.700,00	158.055,00	181.023,80	211.797,85
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida ( XIV )	158.678,71	234.260,78	154.000,00	177.100,00	205.436,00	240.360,12
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL ( XV ) = ( XIII - XIV )	1.884.578,79	1.254.160,53	2.530.560,00	2.910.144,00	3.375.767,04	3.949.647,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA ( XVI )	0,00	0,00	150.000,00	172.500,00	200.100,00	234.117,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) ( XVII ) = ( XII + XV + XVI )	10.978.020,38	12.241.000,56	13.667.310,00	15.740.406,50	18.258.871,54	21.362.879,71
DESPESA TOTAL	11.149.416,37	12.481.664,10	13.869.930,00	15.950.419,50	18.502.486,62	21.647.909,35
Resultado Primário ( IX - XVII )	391.242,59	1.080.301,33	182.620,00	210.013,00	243.615,08	285.029,64





## Município de Miraima - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
IV - RESULTADO NOMINAL  
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF


ESPECIFICAÇÃO	2007 (b)	2008 (c)	2009 (d)	2010 (e)	2011 (f)	2012 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	0,00	1.737.584,50	3.000.000,00	2.850.000,00	2.679.000,00	2.411.100,00
DEDUÇÕES ( II )	0,00	1.501.781,62	1.800.000,00	1.710.000,00	1.607.400,00	1.446.660,00
Ativo Disponível	0,00	467.239,58	800.000,00	780.000,00	714.400,00	642.960,00
Haveres Financeiros	0,00	1.196.456,17	1.500.000,00	1.425.000,00	1.339.500,00	1.205.550,00
( - ) Restos a Pagar Processados	0,00	161.914,13	500.000,00	475.000,00	446.500,00	401.850,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) = ( I - II )	0,00	235.802,88	1.200.000,00	1.140.000,00	1.071.600,00	964.440,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES ( IV )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS ( V )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	0,00	235.802,88	1.200.000,00	1.140.000,00	1.071.600,00	964.440,00
<b>Resultado Nominal</b>	<b>( b - a* )</b> 0,00	<b>( c - b )</b> 235.802,88	<b>( d - c )</b> 964.197,12	<b>( e - d )</b> -60.000,00	<b>( f - e )</b> -66.400,00	<b>( g - f )</b> -107.160,00

### Notas:


- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

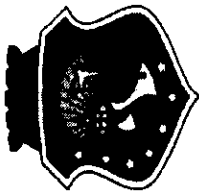
\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2006 (R\$0,00)

Miraima-CE, 8 de Maio de 2009

  
**ROBERTO IVENS UCHOA**  
Prefeito Municipal

  
**ALAN KELLY C.**  
Contador CRC nº 17588/0-7

  
**ALAN KELLY C.**  
Sec. de Finanças



## Prefeitura Municipal de Miraima


ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2006	2007	2008	2008	2009	2010	2011	2012
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )			1.737.584,50		3.000.000,00	2.850.000,00	2.679.000,00	2.411.100,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	1.737.584,50		3.000.000,00	2.850.000,00	2.679.000,00	2.411.100,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES ( II )			1.501.781,62		1.800.000,00	1.710.000,00	1.607.400,00	1.446.680,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	467.239,58		800.000,00	780.000,00	714.400,00	642.960,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	1.196.456,17		1.500.000,00	1.425.000,00	1.339.500,00	1.205.550,00
( - ) Restos a Pagar	0,00	0,00	161.914,13		500.000,00	475.000,00	446.500,00	401.850,00
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>235.802,88</b>		<b>1.200.000,00</b>	<b>1.140.000,00</b>	<b>1.071.600,00</b>	<b>984.440,00</b>


### Notas:

Com relação aos exercícios de 2006 e 2007, nada será evidenciado, facda não apresentação por parte da Gestão Anterior, ficando dessa forma sem nenhum lançamento.

Miraima-CE, 8 de Maio de 2009

  
ROBERTO IVENS UCHOA  
Prefeito Municipal

  
RV CONSULTORIA PÚBLICA  
Contador CRC nº 17388/0-7

  
ALAN KELLY G.  
Sec. de Finanças



## Prefeitura Municipal de Miralma

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2010

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

Identificação dos Riscos		2010	Providência	2010
1	Passivos Contingentes	20.000,00	Providência Indicada	20.000,00
1.1		20.000,00		20.000,00
2	Riscos Fiscais	160.000,00	Providência Indicada	160.000,00
2.1		150.000,00		150.000,00
3	Eventos Fiscais Imprevistos	2.500,00	Providência Indicada	2.500,00
3.1		2.500,00		2.500,00
	<b>Soma</b>	<b>172.500,00</b>		<b>172.500,00</b>

Nota:


Passivo Contingentes: Obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc.  
Riscos Fiscais: Emergência, calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor.

Eventos Fiscais Imprevistos: Extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.

Nota:

A reserva de contingência, alínea "b" do inciso III do art. 5º, destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, redução de despesas e cancelamento de dotações orçamentárias

Miralma-CE, 8 de Maio de 2009

  
ROBERTO IVÊNS UCHOA  
Prefeito Municipal

  
RV CONSULTORIA PÚBLICA  
Contador CRC nº 17388/0-7

  
ALAN KELLY G  
Sec de Finanças



# Município de Miraima - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo I - Metas Anuais  
2010

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2010				2011				2012			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100			
	Receita Total	15.950.419,50	15.308.973,51	0,029	18.502.486,62	17.045.891,34	0,032	21.647.909,35	19.152.687,63	0,036		
Receitas Primárias ( I )	15.950.419,50	15.308.973,51	0,029	18.502.486,62	17.045.891,34	0,032	21.647.909,35	19.152.687,63	0,036			
Despesa Total	15.950.419,50	15.308.973,51	0,029	18.502.486,62	17.045.891,34	0,032	21.647.909,35	19.152.687,63	0,036			
Despesas Primárias ( II )	15.740.406,50	15.107.406,18	0,028	18.258.871,54	16.821.454,69	0,032	21.362.879,71	18.900.511,61	0,035			
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	210.013,00	201.567,33	0,000	243.615,08	224.436,65	0,000	285.029,64	252.176,02	0,001			
Resultado Nominal	-60.000,00	-57.587,10	0,000	-68.400,00	-63.015,26	0,000	-107.160,00	-94.808,32	0,000			
Dívida Pública Consolidada	2.850.000,00	2.735.387,27	0,005	2.679.000,00	2.468.097,60	0,005	2.411.100,00	2.133.187,29	0,004			
Dívida Consolidada Líquida	1.140.000,00	1.094.154,91	0,002	1.071.600,00	987.239,04	0,002	964.440,00	853.274,92	0,002			
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2010	2011	2012
	PIB real (crescimento % anual)	4,18	4,20
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	12,20	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	2,25	2,26	2,30
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,19	4,18	4,13
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	55.503.000.000,00	57.835.000.000,00	60.304.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

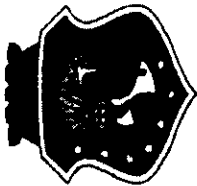
2010	2011	2012
Valor Corrente / 1,0419	Valor Corrente / 1,0855	Valor Corrente / 1,1303

Miraima-CE, 8 de Maio de 2009

ROBERTO IVENS UCHOA  
Prefeito Municipal

RV CONSULTORIA PÚBLICA  
Contador CRC nº 17588-0-7

ALAY KELLY G.  
Sec de Finanças



# Prefeitura Municipal de Miraima

ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores  
2010

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Receita Total	11.369.262,97	13.321.301,88	17,2	13.869.930,00	4,1	15.950.419,50	15,0	18.502.488,82	16,0	21.647.908,35	17,0
Receitas Primárias ( I )	11.369.262,97	13.321.301,88	17,2	13.869.930,00	4,1	15.950.419,50	15,0	18.502.488,82	16,0	21.647.908,35	17,0
Despesa Total	11.149.416,37	12.481.664,10	12,0	13.869.930,00	11,1	15.950.419,50	15,0	18.502.488,82	16,0	21.647.908,35	17,0
Despesas Primárias ( II )	10.978.029,38	12.241.000,56	11,5	13.687.310,00	11,8	15.740.406,50	15,0	18.258.871,54	16,0	21.362.879,71	17,0
Resultado Primário ( III )=( I - II )	391.242,59	1.080.301,33	176,1	182.620,00	-83,1	210.013,00	15,0	243.615,08	16,0	285.029,64	17,0
Resultado Nominal	0,00	235.802,88	0,0	964.197,12	308,9	-60.000,00	-106,2	-68.400,00	14,0	-107.180,00	56,7
Dívida Pública Consolidada	0,00	1.737.584,50	0,0	3.000.000,00	72,7	2.850.000,00	-5,0	2.679.000,00	-8,0	2.411.100,00	-10,0
Dívida Consolidada Líquida	0,00	235.802,88	0,0	1.200.000,00	408,9	1.140.000,00	-5,0	1.071.600,00	-6,0	964.440,00	-10,0

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Receita Total	12.421.425,73	13.900.778,52	11,9	13.869.930,00	-0,2	15.308.973,51	10,4	17.045.891,34	11,4	19.152.687,63	12,4
Receitas Primárias ( I )	12.421.425,73	13.900.778,52	11,9	13.869.930,00	-0,2	15.308.973,51	10,4	17.045.891,34	11,4	19.152.687,63	12,4
Despesa Total	12.181.233,53	13.024.616,49	6,9	13.869.930,00	6,5	15.308.973,51	10,4	17.045.891,34	11,4	19.152.687,63	12,4
Despesas Primárias ( II )	11.993.975,79	12.773.484,08	6,5	13.687.310,00	7,2	15.107.406,18	10,4	16.821.454,69	11,4	18.900.511,61	12,4
Resultado Primário ( III )=( I - II )	427.449,94	1.127.294,44	163,7	182.620,00	-83,8	201.567,33	10,4	224.436,65	11,4	252.176,02	12,4
Resultado Nominal	0,00	246.060,31	0,0	964.197,12	291,9	-57.587,10	-106,0	-63.015,26	9,4	-94.808,32	50,5
Dívida Pública Consolidada	0,00	1.813.169,43	0,0	3.000.000,00	65,5	2.735.387,27	-8,8	2.468.097,60	-9,8	2.133.187,29	-13,6
Dívida Consolidada Líquida	0,00	246.060,31	0,0	1.200.000,00	387,7	1.094.154,91	-8,8	987.239,04	-9,8	853.274,92	-13,6

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO			
	2008	2010*	2012*
3,79	4,70	4,19	4,13
VALORES DE REFERÊNCIA			
Valor Corrente x 1,0925	Valor Corrente x 1,0435	Valor Corrente / 1,0419	Valor Corrente / 1,0855
Valor Corrente / 1,1303	Valor Corrente / 1,0855	Valor Corrente / 1,1303	Valor Corrente / 1,1303

\* Inflação Média ( % anual ) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Miraima-CE, 8 de Maio de 2009

ROBERTO IVENS UCHOA  
Prefeito Municipal

ALAN KELLY G.  
Sec. de Finanças

RV CONSULTORIA PÚBLICA  
Contador CRC nº 17588/0-7



**Prefeitura Municipal de Miraima**  
ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido  
2010

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2007</b>	<b>%</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	6.174.867,72	100,00	0,00	0,00	4.520.437,86	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.174.867,72</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.520.437,86</b>	<b>100,00</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

(R\$)

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2007</b>	<b>%</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Notas:

NÃO SERÁ DEMONSTRADO O VALOR DO EXERCÍCIO DE 2007, FACE A NÃO APRESENTAÇÃO PELA GESTÃO ANTERIOR

Miraima-CE, 8 de Maio de 2009

  
**ROBERTO IVENS UCHOA**  
Prefeito Municipal

  
**RV CONSULTORIA PUBLICA**  
Contador CRC nº 17588/0-7

  
**ALAN KELLY G.**  
Sec de Finanças



# Prefeitura Municipal de Miraima

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos  
2010

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2006 (a)	2007 (d)	2006
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS LIQUIDADAS	2006 (b)	2007 (e)	2006
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ( III ) = ( I - II )	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
	0,00	0,00	0,00

Notas:

NÃO SERÁ APRESENTADA NENHUMA INFORMAÇÃO NO DEMONSTRATIVO, POIS NADA FOI APRESENTADO PELA GESTÃO ANTERIOR

Miraima-CE, 8 de Maio de 2009

  
**ROBERTO IVENS UCHOA**  
Prefeito Municipal

  
**RV CONSULTORIA PÚBLICA**  
Contador CRC nº 17588/0-7

  
**ALAN KEILLY G.**  
Sec de Finanças